

Avaliação e Certificação de Manuais Escolares Acreditação de Entidades

AVISO DE ABERTURA

A Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, na sua redação atual, e o Decreto-Lei n.º 5/2014, de 14 de janeiro, que a regulamenta, preveem a avaliação e a certificação prévias à sua adoção e a avaliação de manuais escolares já adotados e em utilização, através das quais se pretende garantir a qualidade científica e pedagógica dos manuais, assegurar a sua conformidade com os documentos curriculares de referência em vigor das respetivas disciplinas e atestar que constituem um instrumento adequado de apoio ao ensino e à promoção do sucesso educativo.

Assim, no âmbito do procedimento supracitado e no cumprimento das suas atribuições e competências legais, a Direção-Geral da Educação (DGE) irá promover um procedimento de acreditação/renovação da acreditação de entidades para a avaliação e certificação de manuais escolares **da disciplina de Português dos 5.º e 6.º anos de escolaridade do 2.º Ciclo do Ensino Básico**, nos termos dos artigos 4.º a 7.º do Decreto-Lei n.º 5/2014, de 14 de janeiro, sendo os prazos de validade da acreditação e da renovação da acreditação fixados em seis e em três anos, respetivamente, e a conceder a contar da data de homologação da respetiva lista e do prazo definido para o termo do anterior período de validade de acreditação.

Podem candidatar-se ao procedimento de acreditação/renovação da acreditação para avaliação e certificação de manuais escolares da disciplina e anos supramencionados as entidades públicas ou privadas que obedeçam aos requisitos previstos nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 5/2014, de 14 de janeiro, e no **Documento com as Regras do Procedimento de Acreditação/Renovação da Acreditação de Entidades Candidatas à Avaliação e Certificação de Manuais Escolares**, estabelecidas pela DGE, ao abrigo do disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 5/2014, de 14 de janeiro.

As candidaturas devem ser formalizadas *on-line* na plataforma “Sistema de Informação de Manuais Escolares (SIME)”, através do endereço <http://area.dge.mec.pt/sime>, mediante o preenchimento dos **formulários de candidatura**. A validação da candidatura pressupõe o envio, em suporte de papel, do(s) *Termo(s) de Responsabilidade*, bem como da restante documentação anexa à candidatura, de acordo com as orientações constantes da plataforma SIME, à DGE - sita na Av.ª 24 de Julho, n.º 140, 1399 – 025 LISBOA - por correio registado, dentro do prazo previsto para a candidatura **de 5 a 23 de abril de 2021, inclusive**, ou, em alternativa, em suporte digital, com assinatura digital qualificada, em cumprimento do disposto no artigo 64.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual.

As candidaturas são apreciadas, por uma comissão constituída para o efeito, conforme **Despacho** do Diretor-Geral da DGE, de 2021.

Os resultados finais são tornados públicos, mediante a divulgação da lista de entidades acreditadas na página eletrónica da DGE em <http://www.dge.mec.pt>. Os termos desta candidatura encontram-se definidos no Documento que estabelece as **Regras do Procedimento de Acreditação/Renovação da Acreditação de Entidades Candidatas à Avaliação e Certificação de Manuais Escolares**, em anexo a este aviso de abertura, do qual faz parte integrante.

Para informações complementares poderá contactar os serviços da DGE, através do [Portal de Apoio Online](#).

O Diretor-Geral